

DINÂMICA AGRÁRIA E RESILIÊNCIA CAMPONESA ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O LÓCUS DO AGRONEGÓCIO E O PANTANAL MATO-GROSSENSE

AGRARIAN DYNAMICS AND PEASANT RESILIENCE: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN THE LOCUS OF THE AGRIBUSINESS AND THE PANTANAL MATO-GROSSENSE

Onélia Carmem Rossetto⁶

RESUMO: O estado de Mato Grosso possui uma área de 903.357,91 Km² que equivale a 90 335 791 hectares, destes 47 805 514 hectares são utilizados por propriedades agropecuárias, o que corresponde a 52,92 % do território mato-grossense. Segundo o Censo agropecuário 2006 (IBGE, 2009) a referida área é ocupada por 86.167 estabelecimentos de agricultura familiar camponesa em 4.884.212 ha. Diante desse contexto, este texto tem como objetivo investigar as características da agricultura camponesa e identificar seus mecanismos de resiliência nos municípios localizados no eixo da BR- 163 que representam o lócus do agronegócio e nos municípios localizados no Pantanal Mato-grossense, área com a predominância das grandes propriedades de pecuária extensiva em processo de tecnificação. A trajetória metodológica aqui trilhada está vinculada ao Projeto Dinâmica Agrária e Transformações Territoriais na Última Década: O caso de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná que elencou como base de dados os Censos Agropecuários 1996 e 2006 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Conclui-se que a resiliência camponesa, expressa através das múltiplas alternativas para manter o seu modo de vida, a cada dia é reinventada e assume novas formas, a exemplo da luta pela reforma agrária, pelos coletivos da economia solidária e pelas iniciativas de organização para a preservação do conhecimento do material genético e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.

Palavras-chave: Pantanal. Camponeses. Resiliência.

ABSTRACT: The state of Mato Grosso has an area of 903,357.91 square kilometers which is equivalent to 90,335,791 hectares, of 47,805,514 hectares are used for livestock farming, which represents 52.92% of the territory of Mato Grosso. According to the agricultural census in 2006 (IBGE, 2009) that the area is occupied by 86,167 establishments scale family farms in 4,884,212 ha. Given this context, this paper aims to investigate the characteristics of peasant agriculture and identify their mechanisms of resilience in the municipalities located on highway BR-163 that represent the locus of agribusiness and the municipalities located in the Pantanal, an area with a predominance of large properties with extensive livestock rearing in

⁶ Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMT. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal/GECA/UFMT; Pesquisa financiada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT; Instituto Nacional de Áreas Úmidas/INAU; Centro de Pesquisas do Pantanal/CPP. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT carmemrossetto@gmail.com

the process of technical standards. The methodology here is linked to the Project traveled Dynamics Land and Territorial Transformations in the Last Decade: The case of Mato Grosso, Mato Grosso do Sul and Parana, which listed the database as the 1996 and 2006 Agricultural Censuses carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. We conclude that the peasant resilience, expressed through the multiple alternatives to maintain their way of life, every day is reinvented and assumes new forms, like the struggle for agrarian reform, the collective of social economy and the initiatives of the organization to the preservation of knowledge of the genetic material and marketing of sociobiodiversity.

Keywords: Pantanal. Peasants. Resilience.

Introdução

O avanço das relações capitalistas de produção no ambiente agrário tem provocado proficuas discussões acerca do significado do termo camponês e da importância da agricultura camponesa enquanto classe social ou como responsável pela segurança alimentar do planeta. Com a Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, a agricultura camponesa foi incluída no termo *agricultura familiar* e passou a constar nas estatísticas oficiais, a exemplo do Censo Agropecuário 2006. É consenso entre alguns pesquisadores que os conceitos de *camponês* e *agricultor familiar* exprimem realidades distintas e estão atrelados a concepções políticas, nesse sentido, o presente texto opta pelos pressupostos teóricos de Shanin (2008), que entende o termo *camponês* como um modo de vida, caracterizado pela economia familiar, calcada no apoio, na ajuda mútua e nas relações de sociabilidade, apresentando forte resiliência, ou seja, capacidade de constituir-se como sujeito político, protagonista da sua própria história, na medida em que demonstra múltiplas capacidades para se ajustar às diferentes situações impostas pela lógica capitalista de produção.

O estado de Mato Grosso possui uma área de 903.357,91 Km² que equivale a 90.335.791 hectares. Destes, 47.805.514 hectares são utilizados por propriedades agropecuárias, o que corresponde a 52,92 % do território mato-grossense. Segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009), a referida área é ocupada por 86.167 estabelecimentos de agricultura familiar camponesa, em 4.884.212 ha, e por 26.811 estabelecimentos não familiares, distribuídos em um espaço de 42.921.302 ha. Estes indicadores remetem à necessária observância de que, a maior parte do território mato-grossense é ocupada por propriedades com área acima de 4 módulos fiscais considerados não familiares, utilizados principalmente para o cultivo da soja e do algodão em grandes áreas monocultoras integradas à agropecuária moderna, também denominada de agronegócio.

O agronegócio inclui todos os participantes envolvidos no processo produtivo que vai desde o plantio até o processamento e *marketing* de um produto agrícola, englobando também as instituições a ele vinculadas, como o governo, que cria as políticas públicas e as instituições financeiras e comerciais. Assim, é possível afirmar que o agronegócio está

presente direta ou indiretamente em praticamente todo espaço geográfico mato-grossense, tanto no Norte, área de expansão da fronteira agrícola a partir da década de 70 do século XX, como nos municípios localizados ao Sul e Sudoeste, considerados por Vila da Silva; Abdon (1998) como pertencentes ao Pantanal Mato-grossense.

O eixo da BR-163, até meados do século XX, era ocupado por diversas etnias indígenas que, com o avanço da fronteira agrícola brasileira, foram dizimadas ou transferidas para o Parque Indígena do Xingu, criado em 1961, com o intuito agrupar um contingente populacional que representava, na época, um entrave ao avanço do capitalismo. O incremento do povoamento em direção à porção norte do estado de Mato Grosso deve-se, entre outros fatores, à construção das rodovias federais, entre elas a BR-163, aberta nos anos 1970, que liga Cuiabá a Santarém, ao longo das quais os camponeses vindos do Sul e Sudeste do país, buscavam melhores condições de vida, e impulsionados pelo Estado por meio das ações das colonizadoras oficiais e particulares.

Segundo Guimarães Neto (2002), as empresas colonizadoras, principalmente na fase de implantação dos projetos, buscavam o camponês que tinha experiência nas atividades agrícolas e vivência adquirida na participação da abertura da fronteira agrícola do Paraná. Esses produtores deveriam trabalhar arduamente na fase de *amansar a terra*, ou seja, enfrentar o período de labuta mais difícil sem condições de trabalho, de transporte e de saúde, criando a logística necessária para o avanço da grande propriedade capitalista. Devido às inóspitas condições do solo e clima na Amazônia Mato-grossense, à baixa capitalização e à precária assistência técnica, muitos

camponeses perderam tudo o que investiram e, endividados, sem alternativas, subiram em busca de terras no Pará. Os que permaneceram, passaram a sobreviver com a venda de madeiras da região, dos garimpos e como assalariados nas propriedades da região.

Rossetto (2004) afirma que a origem do camponês do Pantanal Mato-grossense foi marcada por contatos interétnicos com povos originários do Chaco paraguaio e boliviano, como correlato, pois sua identidade étnica foi composta pela preponderância do caboclo regional, descendente dos índios Bororos, dos Parecis, dos Guatós, dos Chiquitos ou índios bolivianos, além dos brancos de origem espanhola ou portuguesa. As pequenas propriedades rurais do Pantanal surgem no bojo das grandes propriedades resultantes do sistema das sesmarias, caracterizado pelas doações de terras destinadas à lavoura e a pecuária, vigente no país a partir de 1532 e, em Mato Grosso, a partir de 1727.

A base econômica da população rural do Pantanal, até recentemente, caracterizava-se pela prática da pecuária extensiva tradicional nos campos de vegetação nativa, onde os trabalhadores conviviam com um calendário sazonal marcado pelo pulso de inundação, que regulavam as práticas econômicas e sociais de acordo com a época do ano. Devido às pressões econômicas, alterou-se o ritmo das águas e o ritmo de vida, principalmente porque as pastagens nativas vêm sendo substituídas pelas pastagens exóticas, influenciando nas relações sociais e econômicas camponesas.

Diante do contexto apresentado, este texto tem como objetivo investigar as características da agricultura camponesa e identificar seus mecanismos

de resiliência nos municípios localizados no eixo da BR-163 que representam lócus do agronegócio, e nos municípios localizados no Pantanal Mato-grossense, considerado área de ocupação antiga, além de patrimônio natural da humanidade. (Fig. 1).



Embora em uma mesma escala, no estado de Mato Grosso, a análise pretendida não representa uma tarefa fácil, assim é oportuno recuperar os pressupostos de Lamarche (1993) que efetivou um estudo comparativo sobre as características da agricultura familiar em cinco países - Canadá, França, Tunísia, Polônia, Brasil - e, preocupado com a diversidade de situações encontradas, optou por comparar “... diferentes formas de um mesmo objeto [...] com ritmos e evoluções diferentes, haja vista que a exploração familiar [...] transforma-se, evolui, adapta-se em função da sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive.” (op.cit. p. 23).

A trajetória metodológica aqui trilhada está vinculada ao Projeto *Dinâmica Agrária e Transformações Territoriais na Última Década: o caso de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná*, que elencou como base de dados os Censos Agropecuários 1996 e 2006, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os dados primários e as análises foram subsidiados pela produção científica e acadêmica do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT.

Resiliência Camponesa no Pantanal e no Eixo da BR-163

Para a compreensão da trajetória histórica da posse e concentração da terra em Mato Grosso, há que se considerar o processo de quase três séculos, marcado por um complexo jogo de forças políticas que representavam o interesse das elites dominantes. Tal sistema, coronelista/oligárquico predominou em Mato Grosso até metade do século XX e caracterizou-se pela supremacia das elites que ocupavam os cargos políticos e protegiam seus interesses através de um sistema baseado na troca de favores, onde a terra teve forte poder de barganha.

Sobre o assunto, é importante recuperar as informações de Moreno (2007), que enfatiza o processo de transformação das terras públicas de Mato Grosso em propriedades privadas e os mecanismos de burla, entre os anos de 1892 e 1992, destacando que as terras públicas estaduais passaram para o domínio particular através da regularização das concessões de sesmarias e legitimação das posses, normalmente de grandes extensões; arrendamento e aforamento para a indústria extrativa de vegetais; concessões gratuitas a imigrantes nacionais e estrangeiros e concessões especiais a colonizadoras e

empresas particulares, além de contratos de compra e venda de terras devolutas. De maneira geral, as referidas ações foram marcadas pelo incentivo à concentração de terras com benefícios aos grandes proprietários.

Ao analisarmos a estrutura fundiária de Mato Grosso 1980-2006 (Tabela 1) é possível concluir que o Estado manteve tendência ao elevado índice de concentração de terras, pois, entre 1985-1995/96 observa-se a diminuição significativa dos estabelecimentos com menos de 10 ha, fato que pode ser associado a um período onde ocorreu a descapitalização dos camponeses, alguns ainda remanescentes dos primeiros projetos de colonização que, com o avanço do agronegócio, foram obrigados a vender suas propriedades.

É possível também verificar tendência à concentração de terras em Mato Grosso, ao constatar o aumento de 7,87% dos estabelecimentos agropecuários com 1.000 ha ou mais, entre 1996 e 2006, entretanto, a área ocupada diminuiu em 9,55%.

Entre 1996 e 2006, aumentou em 49.14% o número de estabelecimentos rurais com menos de 10 ha,

como correlato, observa-se um aumento de 26,97% da área ocupada. Ocorreu também um incremento de 62,54 % das áreas de entre 10 e menos de 100 ha, sendo que o número de estabelecimentos aumentou em 66,69 %. As áreas entre 100 a menos de 1.000 sofreram um acréscimo de 12,06%, fato que resultou em um aumento do número de estabelecimentos na ordem de 11,38%.

Se considerarmos a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que define como agricultor familiar o empreendedor familiar rural que detenha até quatro módulos fiscais e que o módulo fiscal nos municípios do Pantanal Mato-grossense possui em média 80 ha, e nos municípios do eixo da BR-163 100 ha, podemos afirmar que as propriedades camponesas no Pantanal têm, em média, 320 ha e ao longo da BR-163, em média, 400 ha, conclui-se que, segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, ocorreu um aumento da propriedade camponesa nos espaços geográficos sob investigação.

Evidentemente, a linearidade dos cálculos e números não representa a multiplicidade de contextos apresentados pela agropecuária camponesa, entretanto,

Tabela 1
Estrutura fundiária de Mato Grosso 1980 - 2006

Grupos de Área Total (ha)	1980		1985		1995-1996		2006	
	Nº de Estab.*	Área (ha)	Nº de Estab.*	Área (ha)	Nº de Estab.*	Área (ha)	Nº de Estab.*	Área (ha)
Menos de 10	23.902	108.338	25.705	113.736	9.801	46.163	14.167	58.613
10 a menos de 100	21.633	791.354	29.368	1.099.280	37.076	1.588.678	61.804	2.582.257
100 a menos de 1.000	13.273	4.058.746	17.280	5.033.007	23.861	7.237.076	26.577	8.109.979
1.000 e mais **	4.510	29.596.103	5.565	31.589.622	8.010	40.967.713	8.624	37.054.676

Fontes: IBGE - Censos Agropecuários 1980; 1985; 1995-1996; IBGE/SIDRA – Censo Agropecuário 2006 (organizado por ROSSETTO, 2010).

*Número de Estabelecimentos

** No censo de 2006 os grupos de área total foram colocados de forma diferente dos censos anteriores, assim, para efeito de comparação, optou-se nessa tabela pela categoria 1000 e mais congregando: a somatória dos grupos de área total das categorias 1000 a menos de 10 000 ha e 1000 ha e mais, utilizadas pelos censos agropecuários 1980; 1985; 1995-1996 e a somatória dos resultados dos grupos nas categorias 1000 a menos de 2 500 ha e 2 500 ha e mais colocadas pelo censo de 2006.

não podemos negar os avanços na melhoria do processo de distribuição de terras no Estado. Tal fato, deve-se, entre outros fatores, a intensificação da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que iniciou suas ações em Mato Grosso realizando a primeira ocupação em 1992, em uma área denominada Fazenda Aliança, no município de Pedra Preta, sudeste mato-grossense (SILVA, 2004). O MST influenciou a organização dos camponeses do Estado como classe social, termo utilizado por Shanin (2008, p. 36-7), cuja construção teórica revela que “[...] as classes lutam entre si por um objetivo específico e assim se definem enquanto tal...[...] é no fazer que as classes são definidas [...]podemos

definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses....”

Os assentamentos rurais resultantes da reforma agrária influenciaram sobremaneira a reestruturação fundiária do estado de Mato Grosso como espaços nos quais tem se verificado a criação e recriação das formas de organização social e territorial camponesa. Atualmente, existem cerca de 530 assentamentos rurais no Estado, dos quais 11,9 % encontram-se nos municípios do Pantanal Mato-grossense e apenas 3,6 % nos municípios localizados no eixo da BR-163 (Tab. 2).

O contexto apresentado na tabela 2 nos permite

Tabela 2
Número de Assentamentos da Reforma Agrária no Pantanal e no Eixo da BR-163 - Mato Grosso até 1996; 1996-2009.

Assentamentos nos Municípios do Pantanal Mato-grossense					Assentamentos no eixo da BR-163-Mato Grosso				
Municípios	Até 1996		1996-2010		Municípios	Até 1996		1996-2010	
	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)		Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)
Barão de Melgaço	(-)	(-)	03	8.246,7641	Nova Mutum	(-)	(-)	03	3.836,6312
Cáceres	01	1.639,9578	12	85.901,5567	Lucas do Rio Verde	(-)	(-)	(-)	(-)
Poconé	(-)	(-)	13	18.787,5000	Sorriso	(-)	(-)	03	25.385,3365
Itiquira	(-)	(-)	01	5.694,0000	Sinop	(-)	(-)	(-)	(-)
Santo Antônio do Leverger	(-)	(-)	11	24.766,6100	Itaúba	(-)	(-)	(-)	(-)
Nossa Senhora do Livramento	(-)	(-)	23	163.366,0935	Nova Santa Helena	(-)	(-)	(-)	(-)
Lambari D'Oeste	(-)	(-)	(-)	(-)	Terra Nova do Norte	(-)	(-)	02	6.205,0400
-	-	-	-	-	Peixoto de Azevedo	(-)	(-)	10	181.679,5571
-	-	-	-	-	Matupá	(-)	(-)	(-)	(-)
-	-	-	-	-	Guarantã do Norte	(-)	(-)	01	5.179,6292
TOTAL	(-)	(-)	63	306.762,5212				19	222.286,1940

Fontes: Secretaria de Estado Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN; Anuário Estatístico de Mato Grosso 2004; Anuário Estatístico de Mato Grosso 2008; Relatório do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Mato Grosso 2008 –MST. [s.n.t.]; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MT – Relatório SIPRA (organizado por ROSSETTO, 2010).
(-) dado numérico igual a zero

analisar os desdobramentos das ações de reforma agrária como elemento de resiliência camponesa, pois possibilita a comparação em territórios distintos: o primeiro no Pantanal, área com a predominância das grandes propriedades de pecuária extensiva em processo de tecnificação, e, o segundo, no eixo da BR-163, território caracterizado pela presença do agronegócio e pela agricultura moderna. No eixo da BR-163, território do agronegócio, o número de assentamentos da reforma agrária é 231,56% menor que no Pantanal Mato-grossense. Da mesma forma, a área ocupada pelos assentamentos no eixo da BR-163 é 38% menor que a área ocupada pelos assentamentos do Pantanal. Tais indicadores nos permitem pontuar algumas diferenças influenciadas pelos contextos históricos de criação e re-criação do campesinato.

Pesquisas realizadas por Rossetto (2004) evidenciam que o camponês do Pantanal, sobreviveu muito tempo na categoria de agregado e, como tal, não possuía a posse legítima da terra e dos meios de produção, para usufruir da moradia e dos instrumentos de trabalho; o cavalo, por exemplo, deveria prestar serviços ao proprietário em determinadas épocas do ano, não raro, estabeleciam-se relações de compadrio e de sociabilidade que duravam por consecutivas gerações.

A política de reorganização fundiária no Pantanal tem início em 1952, com a criação da colônia agrícola Antônio João, no município de Poconé, uma área com 2.528 ha distribuídos em 504 lotes e, em 1953, com a criação da colônia agrícola Rio Branco que abrangia 200.000 ha envolvendo parte da área do município de Cáceres. Registra-se também a colônia agrícola Figueira, criada em Poconé em 1962 (CAJANGO, 1992). As colônias agrícolas estaduais

integravam a política de governo de Getúlio Vargas que impunha a ocupação dos espaços vazios, desrespeitando os direitos das populações indígenas. Buscavam fixar a população nas áreas rurais por meio da pequena propriedade, a qual estaria voltada para subsistência e produção de bens agrícolas para o mercado.

Em 1973, novas ações de regularização fundiária incidem sobre a região pantaneira através da política do INCRA que estabeleceu uma espécie de zoneamento do Estado, criando projetos fundiários para seis regiões, entre elas a de Cáceres, criada em 1973. Tais projetos representavam instrumentos de reforma agrária do governo militar; possuíam autonomia administrativa e eram geridos por recursos federais. Em meados da década de 1980, o INCRA voltou a atuar com intervenções para a reorganização fundiária do Pantanal e, alguns camponeses posseiros e agregados adquiriram a titulação legítima das terras que habitavam, entretanto, permaneceram atrelados a uma posição subalterna, continuando camponeses assalariados, vendendo a sua força de trabalho como diaristas nas grandes propriedades.

Além dessa categoria de camponeses, é importante destacar a presença de populações ribeirinhas que residem às margens dos rios pantaneiros, em pequenos vilarejos, integrando, de forma concomitante, três categorias: camponeses – agricultores, camponeses – pescadores e, ao mesmo tempo, camponeses assalariados, com modo de vida próprio e relações de sociabilidade peculiares. Os camponeses ribeirinhos plantam milho, feijão, arroz e mandioca; criam porcos e galinhas e desenvolvem a pesca, além de servir como mão de obra temporária nas grandes propriedades pecuaristas. Tal categoria de

atores sociais também foi alvo das políticas de reestruturação fundiária implantadas no Pantanal, sendo relocados de suas áreas de origem para as terras consideradas devolutas, ocorrendo alterações substanciais no seu modo de vida e nas manifestações da cultura material e imaterial.

Dessa forma, no Pantanal, os camponeses vivenciaram, durante séculos, práticas econômicas e sociais baseadas nas relações consideradas, por alguns autores, como semifeudais de produção, já os camponeses da fronteira agrícola foram inseridos no contexto das relações capitalistas, em um modelo marcado pela expropriação e por outro tipo de dependência: as dívidas adquiridas com as colonizadoras oficiais e particulares, tal vínculo era uma questão de sobrevivência, haja vista as condições de isolamento em que viviam e a necessidade de assistência social e proteção oferecidas pelas empresas que, mesmo duvidosas e em alguns casos inexistentes, geravam certa segurança aos camponeses e os mantinha reféns dos detentores de capital.

Com o movimento de expansão da fronteira agrícola, as políticas públicas primaram pela presença do camponês por meio dos projetos de colonização. Segundo Moreno (2007), entre 1980 e 1992, o INCRA implantou 59 projetos de colonização e de assentamentos em diversas áreas de Mato Grosso. No eixo da BR-163, destacam-se os Projeto de Ação Conjunta – PAC, que caracterizavam-se pela ação conjunta desenvolvida pelo INCRA, que respondia pela infraestrutura básica, titulação e por uma cooperativa que assumia a responsabilidade pela administração e manutenção do projeto, viabilizando, inclusive, a assistência técnica.

O PAC Peixoto de Azevedo, situado em Guarantã do Norte, município criado em 1986, resultou da parceria do INCRA com a Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda- Cotrel, que administrou uma área de 211.000 ha antes pertencente à etnia indígena Kreen-Akarore. Os indígenas foram relocados para o Parque Nacional do Xingu, em 1974, e o PAC assentou 1.230 famílias de colonos, principalmente gaúchos, que perderam suas terras devido à construção de uma barragem no rio Jacuí-RS. Ainda na região de Guarantã do Norte, sob os auspícios da Cotrel, foi criado em 1981 o PAC- Braço Sul, que recebeu 2.229 famílias, dentre elas a de camponeses denominados brasiguaios, terminologia dada a agricultores brasileiros que haviam migrado para o Paraguai, entre 1960-1970, atraídos pela propaganda das terras baratas e fartas, realizando a migração de retorno, desiludidos com as dificuldades encontradas naquele país.

No eixo da BR-163, destaca-se também o Projeto Especial de Assentamento – PEA que originou o município de Lucas de Rio Verde, criado em 1988. A modalidade PEA destinava-se a atender populações removidas compulsoriamente por decisão do poder público federal, e cabendo ao INCRA a responsabilidade de colocação de infraestrutura e administração técnico-financeira. O PEA de Lucas do Rio Verde foi destinado aos Sem Terra do acampamento Encruzilhada do Natalino, situado em Ronda Alta-RS. Foram assentadas 252 famílias em 200.000,00 ha, devido à corrupção e má gestão por parte do INCRA, restando, em 1986, apenas 15 famílias assentadas (MORENO, op. cit.).

O insucesso dos projetos de colonização

deve-se a vários fatores, entre eles a falta do cumprimento das responsabilidades assumidas pelas colonizadoras e as incipientes ações do poder público na gestão do processo, inacessibilidade ao crédito rural, pois, as agências financiadoras exigiam o título de propriedade, documento que a maioria dos camponeses não possuía. O Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procerá, administrado pelo próprio INCRA, não atendia a demanda instalada. Como correlato, muitos camponeses passavam à condição de garimpeiros, trabalhadores assalariados em

madeireiras ou nas áreas de agricultura, sendo que outros retornaram para as regiões de origem

Os contextos descritos nos permitem desvelar parcialmente os processos políticos que contribuíram para a instalação dos camponeses no Pantanal e no eixo da BR-163; nesse sentido, é oportuno apresentar os desdobramentos desses períodos, através dos dados quantitativos apresentados pelo censo agropecuário 2006. (Tab. 3).

Apesar da existência de maior número de assentamentos rurais resultantes da reforma agrária no Pantanal (cf. tab. 2), na tabela 3 é possível verificar a

Tabela 3
Número de Estabelecimentos e Área das Propriedades de Agricultura Familiar no Pantanal e no Eixo da BR-163 – Mato Grosso 2006

Agricultura Familiar no Pantanal Mato-grossense			Agricultura Familiar no eixo da BR-163-Mato Grosso		
Municípios	Nº de Estab.	Área (ha)	Municípios	Nº de Estab.	Área (ha)
Barão de Melgaço	723	23086	Nova Mutum	516	33570
Cáceres	1999	83848	Lucas do Rio Verde	168	16068
Poconé	1225	37508	Sorriso	534	25676
Itiquira	341	15162	Sinop	956	45110
Santo Antônio do Leverger	1530	49699	Itaúba	161	7241
Nossa Senhora do Livramento	902	54641	Nova Santa Helena	262	10978
Lambari D'Oeste	210	9252	Terra Nova do Norte	1.580	88136
-	-	-	Peixoto de Azevedo	1.868	102440
-	-	-	Matupá	1.253	61067
			Guarantã do Norte	1.680	97959
Total da agricultura familiar	6.930	273-196	Total da agricultura familiar	8.978	488 245
Total da agricultura não familiar	2078	3 899 004	Total da agricultura não familiar	2 407	3 428 704 000

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar Primeiros Resultados. (organizado por ROSSETTO, 2010)

existência de um número maior de estabelecimentos com até quatro módulos fiscais, no eixo da BR-163, demonstrado pelo percentual de 29,55 %, ocupando uma área de 488.245 ha, 78,72% maior que a área ocupada pelos camponeses no Pantanal. Devemos salientar, porém, que, devido ao tamanho do módulo fiscal ser maior no eixo da BR-163, conseqüentemente a área ocupada tende a ser maior. Entretanto, há que se considerar, a multiplicidade de perfis da agricultura camponesa nos espaços geográficos sob investigação, Agrupados pelo termo agricultura

familiar, nas políticas públicas e quantificados pelo Censo Agropecuário 2006.

No eixo da BR-163 instala-se a agricultura moderna, onde o manejo está centrado em diferentes níveis de tecnologia e as corporações agroindustriais estabelecem estratégias, influenciando na condição legal dos camponeses, onde 45,45% passaram, entre 1996 e 2006, da condição de proprietários a arrendatários, como demonstrado na tabela 4.

Entre 1996-2006 observa-se a diminuição, em

Tabela 4
Número e área dos estabelecimentos segundo a condição do produtor - Municípios localizados no Eixo da BR-163/ Mato Grosso 1996 - 2006

Municípios	Proprietário				Arrendatário				Parceiro				Ocupante			
	1996		2006		1996		2006		1996		2006		1996		2006	
	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)
Sinop	596	155.624	882	221.780	31	8.990	49	20.977	06	142	04	233	33	3081	22	402
Sorriso	441	556.222	754	661.411	33	15.808	67	73.969	-	-	02	x	01	07	16	2.759
Lucas do Rio Verde	431	288.237	273	255.539	31	8.840	15	985	-	-	01	x	06	9.586	01	x
Matupá	472	293.563	804	351.681	1	17	08	1.280	-	-	03	27	14	50	325	1.111
Peixoto de Azevedo	566	724.682	1.938	517.759	8	1066	06	671	14	245	01	x	1.295	63.102	15	428
Terra Nova do Norte	2027	199.769	1.804	223.256	22	3.436	09	999	14	3.111	01	x	35	1.231	08	190
Itaúba	347	339.970	265	329.517	1	24	04	863	7	57.864	-	-	31	510	01	x
Nova Santa Helena	-	-	321	189.694	-	-	08	1.406	-	-	01	x	-	-	03	39
Nova Mutum	230	698.209	466	565.196	21	17.322	44	30.650	-	-	02	x	01	97	-	-
Guarantã do Norte	2.487	499.136	1.219	284.736	6	4.580	14	567	04	953	04	119	06	175	682	101.191
Total Geral	12.697	3.755.412	8.726	3.600.569	154	60.083	224	132.367	45	62.315	19	379	1.422	77.839	1073	106.120

- dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;

X dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996 nº 24 Mato Grosso; Censo Agropecuário 2006 (organizado por Rossetto, 2010)

45%, dos estabelecimentos onde a condição do produtor é a de proprietário, por outro lado, aumenta o número de arrendatários. Tal fato ocorre, entre outros fatores, devido ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) - Lei nº 11.097 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005), por meio da qual os camponeses passam a arrendar suas terras aos grandes produtores de soja, estimulados pelo Estado que busca viabilizar a integração das grandes empresas processadoras de matéria-prima para a fabricação de biocombustíveis com as unidades produtivas familiares, através do Selo Combustível Social, uma identificação concedida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para as empresas que comprovarem a compra de parte da sua matéria-prima de produtores rurais familiares.

As empresas lucram porque passam a ter prioridade nos leilões da Agência Nacional de Petróleo – ANP, diminuição das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins e acesso a melhores condições de financiamento junto às instituições de crédito. Entretanto, cumpre salientar que tal política requer novas aptidões dos camponeses, entre elas, que sejam alfabetizados e tenham noções de administração rural, haja vista que estes passam a ser arrendatários por meio de contratos que, quando não compreendidos, resultam no fracasso da safra, restando aos agricultores, dívidas a serem saldadas com as empresas processadoras. Para Rossetto (2010) “[...] com a referida política, o Estado se exime da responsabilidade de realizar, por exemplo, o fortalecimento da agricultura familiar por meio de subsídios e programas que efetivamente contribuam para a consolidação da reforma agrária e direciona os incentivos fiscais para o capital privado,

repassando a ele as suas atribuições”.

Com a instalação do capital nacional e internacional através do agronegócio, os camponeses dos municípios localizados na BR-163, como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, são atrelados à cadeia produtiva, passando a produzir as matérias-primas exigidas pelas indústrias, a exemplo de aves e suínos, utilizando a mão de obra familiar que, por vezes, passa também a ser assalariada nas incubadoras, ensacadoras e demais segmentos produtivos.

Entre 1996 e 2006, diminuiu o número de camponeses na condição de ocupantes das terras, indicador positivo que pode comprovar parte da eficácia da atual política de reestruturação fundiária do país, entretanto, o Programa Terra Legal na Amazônia, que visa titular terras públicas federais ocupadas antes de 1º de dezembro de 2004 em áreas de até 15 módulos fiscais, pode repetir as características do processo de expansão da fronteira agrícola, baseado na exploração e proteção ao capital privado e em prejuízos ambientais.

Shanin (2008) ressalta a capacidade camponesa para encontrar soluções frente às situações de crise, provando serem extremamente resilientes e criativos. No estado de Mato Grosso, observa-se o avanço da Rede de Comércio Justo, através da Economia Solidária que, em 2007 contava com 742 empreendimentos, principalmente nos assentamentos resultantes da reforma agrária (COSTA; ROSSETTO, 2009). A Economia Solidária é entendida por Singer (2006) como outro modo de produção que tem o princípio da cooperação mútua como premissa fundamental e se distingue da economia capitalista por

estimular a solidariedade, mediante a prática da autogestão e pela solidariedade, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

É interessante salientar o caso da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares Extrativistas da Gleba Ribeirão Grande - AAFERG, localizada em Nova Mutum, município criado em 1988 através de um projeto de colonização particular, que tem como base econômica o agronegócio da soja e do algodão. A AAFERG é composta pelos camponeses que residem nos assentamentos Maria de Oliveira I; Maria de Oliveira e Ribeirão Grande que, em meados de 1988, foram organizados pelo Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, ocupando a Gleba Ribeirão Grande, numa área de 18.500 ha griladas por fazendeiros da região. Atualmente, nos princípios da economia solidária, esses camponeses buscam desenvolver a apicultura e o comércio do mel, de óleo de copaíba e de sementes nativas. Essa iniciativa representa uma das formas de resistência camponesa no território do agronegócio.

Ainda tendo como foco a economia solidária como um indicador da resiliência camponesa, destaca-se sua importância entre os camponeses residentes nos municípios do Pantanal Mato-grossense, principalmente nos municípios de Poconé, Cáceres e Barão de Melgaço que, em 2007, apresentavam 65 empreendimentos inseridos na rede de comércio justo e solidário (CARVALHO, 2009).

Nas áreas rurais do Pantanal Mato-grossense observa-se o aumento das pressões econômicas materializadas na implantação de mega projetos de infraestrutura e, nas partes altas, o avanço da monocultura de teca, soja, cana-de-

açúcar entre outros. Entretanto, um indicador determinante da modernização das atividades econômicas no Pantanal é a acelerada substituição das pastagens nativas pelas exóticas, elemento que sinaliza transformações substanciais da pecuária extensiva tradicional, considerada, por alguns produtores rurais, pouco rentável provocando alterações nas relações sociais de produção e no modo de vida dos camponeses.

No bojo desse processo, os sitiantes tradicionais, antigos posseiros e/ou agregados, que passaram à condição de proprietários com a regularização fundiária, estão vendendo suas terras para os fazendeiros ou para seus filhos. Assim, os grandes proprietários pantaneiros reincorporam à sua propriedade frações de terras que foram perdidas com a mencionada regularização. Mediante tal situação, as grandes fazendas voltam a permanecer sob o domínio da mesma família, perpetuando o sistema das gerações anteriores. Alguns camponeses estão trocando suas propriedades por casas na periferia dos centros urbanos e outros, mesmo após a venda, continuam ali residindo na condição de capatazes, recebendo proventos mensais ou voltando à antiga condição de posseiros.

A tabela 5 demonstra que, entre 1996 e 2006, aumentou em 37,67% o número de proprietários rurais no Pantanal, ao confrontarmos esses dados com o aumento do número de assentamentos rurais (tabela 2) criamos um indicador positivo para a reforma agrária, consubstanciado também pela diminuição em 32,17% do número de arrendatários e pelo decréscimo 61,43% do número de ocupantes.

Ainda com base na tabela, é possível concluir que,

Tabela 5
Número e área dos estabelecimentos segundo a condição do produtor - Municípios localizados no Pantanal de Mato Grosso 1996 - 2006

Municípios	Proprietário				Arrendatário				Parceiro				Ocupante			
	1996		2006		1996		2006		1996		2006		1996		2006	
	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)
Barão de Melgaço	553	829.391	755	430.530	04	33.866	03	9.651	-	-	01	x	06	671	06	54
Cáceres	2.004	1.297.755	2.136	1.663.713	52	3.949	11	1076	07	301	01	x	196	4089	09	74
Poconé	622	870.104	1.069	605.379	04	538	04	839	02	44	03	3	21	175	51	3.808
Itiquira	357	653.145	542	684.605	34	21.554	40	48.350	-	-	05	116	04	2040	30	1.323
Santo Antônio do Leverger	439	716.064	1.636	670.664	08	3.937	11	16.475	-	-	04	629	-	-	17	646
Nossa Senhora do Livramento	1.055	401.072	1.146	416.188	06	1.364	07	3.927	02	9	03	111	121	1.718	21	1756
Lambari D'Oeste	230	152.915	277	69.012	07	425	02	x	-	-	-	-	01	145	01	x
Total Geral	5.492	4.920.446	7.561	4.540.091	115	70.533	78	80.318	11	354	17	759	350	8.838	135	7.661

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996 nº 24 Mato Grosso; Censo Agropecuário 2006
- dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
X dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação

entre 1996 e 2006, o número de parceiros aumentou em 114%, fato curioso, que merece ser pesquisado, pois, em levantamentos de campo, observou-se a diminuição desse tipo de relação que comumente era utilizado por meio da parceria entre camponeses que criavam o gado em áreas mais propensas ao pulso de inundação, considerado o baixo, com aqueles localizados no firme, áreas menos sujeitas ao alagamento.

As condições dos produtores em relação à terra estão atreladas ao contexto político e, também às inovações tecnológicas, particularmente no Pantanal,

que vive um momento de transformação devido à introdução de novas técnicas produtivas. Rossetto (2008) ressalta como uma das consequências desse processo foi o aumento do desemprego, a exemplo do tradicional peão pantaneiro, um misto de camponês e camponês assalariado, que está atualmente perdendo trabalho, pois suas ações relacionadas aos rodeios e doma do gado baguá, aos serviços nos extensos campos e demais tarefas típicas da lida cotidiana dos peões nas fazendas de pecuária extensiva, são cada vez mais desnecessárias. A mão de obra dos peões está sendo

utilizada em outras atividades que exigem novas qualificações, como por exemplo, a habilidade de dirigir tratores, consertar máquinas e demais implementos utilizados no desmatamento e cultivo de pastagens exóticas.

Assim, a identidade social dos peões pantaneiros, consolidada através do processo histórico de ocupação dos pantanais pelos habitantes não índios, associada a verdadeiros mitos devido à habilidade no trato com o gado e amansamento dos animais, está paulatinamente desaparecendo, restando como alternativa aos peões pantaneiros, a qualificação para desempenha as novas funções, o que é raro, a migração para as áreas urbanas ou a luta pela reforma agrária.

As comunidades tradicionais do Pantanal também sentem o reflexo da modernização, pois os camponeses que dividem seu tempo entre a agricultura e a pesca estão sendo atraídos pelo trabalho assalariado, interessante salientar o caso da monocultura da Teca (*tectona grandis*), desenvolvida no Pantanal do município de Cáceres-MT pela empresa Floresteca, de capital holandês e brasileiro, instalada próxima a uma comunidade denominada Limão, onde os camponeses estão se transformando em trabalhadores assalariados. Da mesma forma, o turismo de pesca absorve essa mão de obra com atividades temporárias como as de piloteiro ou pirangueiro, denominações locais análogas a guias de pesca. Em 2006, vários camponeses da Comunidade do Limão aderiram à luta pela reforma agrária e atualmente residem nos Assentamentos denominados Corixinha, Catira e Bom Sucesso.

A luta dos camponeses, caracterizados como população tradicional do Pantanal, pode ser exemplificada também pelo caso dos povos chiquitanos,

descendentes da etnia dos Chiquitos ou indígenas bolivianos, responsáveis pela fundação das cidades fronteiriças com a Bolívia, a exemplo de Cáceres. As primeiras vilas de garimpeiros na região, surgidas a partir de 1738, eram habitadas por Chiquitanos ou eram próximas de suas roças, que alimentavam os europeus colonizadores. Na região, os Chiquitanos são denominados "bugres" - termo pejorativo para índio – e vendem sua mão de obra aos fazendeiros; a Funai já realizou um levantamento localizando estes índios e suas ocupações, na maioria das vezes possuem pequenas roças na área de fronteira que têm reconhecimento do Exército como populações nativas. Essa população vem se organizando e reivindicando seus direitos como camponeses e como indígenas.

Diante da diversidade de cenários, a agricultura camponesa tradicional resiste por meio da manutenção de seus sistemas de produção que integram atividades extrativistas, o trabalho nas roças e pecuária. A resiliência voltada para a manutenção do seu modo de vida inclui a organização para a preservação do conhecimento do material genético, que busca promover o planejamento da produção, articulação de possibilidades de mercado e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade; encontros estaduais e regionais, como a realização de feiras de produtos da agricultura familiar e a constituição de uma rede de troca de sementes tradicionais com o objetivo de resgatar, valorizar, produzir e colocar à disposição de outras famílias esse acervo genético e cultural desenvolvido e/ou adaptado pela agricultura familiar ao longo das gerações.

Nos municípios de Nossa Senhora do Livramento e Poconé, na Baixada Cuiabana, as

comunidades reproduzem milho tradicional; no município de Cáceres, os camponeses estão reproduzindo variedades tradicionais de feijão e arroz, intercambiando sementes entre comunidades locais e plantando as variedades de milho provenientes da região da Baixada Cuiabana (CABRAL, s.d.).

A resiliência camponesa, expressa através das múltiplas alternativas para manter o seu modo de vida, a cada dia é reinventada e assume novas formas, sendo que os elementos aqui descritos não exaurem tal temática, nas palavras de Shanin (2008), os camponeses possuem grande habilidade de ajustamento às novas condições e flexibilidade para encontrar formas de se adaptar e ganhar a vida.

Considerações Finais

Os contextos políticos e econômicos de povoamento do eixo da BR-163 e do Pantanal Mato-grossense ocorreram em tempos históricos diferentes, como correlato, os modos de vida assumiram as feições impostas pelas origens étnicas da sua população e pelas condições econômicas, entretanto, ambos os grupos sociais - o camponês pantaneiro e o

camponês migrante que participou do processo de abertura da fronteira agrícola – vêm mantendo a essência camponesa, na medida em que apresentam mecanismos de resiliência frente à lógica capitalista manifestada, principalmente, pela criação e implantação de estratégias que conduzem à sua proletarianização.

A forma como o Censo Agropecuário 2006 apresenta as informações diverge de tal maneira do censo anterior 1995-1996, um estudo comparativo entre ambos exige grande esforço por parte dos pesquisadores, entretanto, os indicadores construídos sobre a agricultura familiar, que para efeitos legais inclui a agricultura camponesa, possibilitarão, à partir dos próximos censo, melhor aproximação comparativa e, quiçá, os indicadores estatísticos venham a atribuir um novo status a esse segmento tão importante da economia nacional, permitindo a criação de políticas públicas voltadas realmente para a consolidação do modo de vida camponês. Enquanto isso, novas alternativas de resiliência são criadas na imensidão dos pantanais e na luta árdua de quem conserva a essência camponesa ilhado pelo que Guimarães Neto (2002) denomina de ouro verde, a soja.

Referências

- CABRAL, James Frankes Mendes. *Sementes tradicionais e a resistência camponesa ao agronegócio em Mato Grosso*. Disponível em www.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=191410. Acesso em 20/06/2010.
- CARVALHO, Kelly Cristina. *A inserção dos Pequenos Produtores Rurais do Pantanal Mato-grossense na Economia Solidária*. Monografia (Bacharelado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2009.
- COSTA, Dilma Lourença; ROSSETTO, Onélia Carmem. A Sustentabilidade Ambiental na Reforma Agrária: Uma Análise à partir da Perspectiva da Economia Solidária em Mato Grosso. In: XIX ENGA, 2009, São Paulo. *Anais...*, 2009.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde: Política de Colonização no Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 1995-1996. Mato Grosso*. Nº 24. Rio de Janeiro, 1998.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme*. v. I. Campinas: Editora da Unicamp, 1993a.
- _____. (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional. Do mito à realidade*. v. II. Campinas: Editora da Unicamp, 1993b.
- MORENO, Gislaine. *Terra e Poder em Mato Grosso: Política e Mecanismos de Burla 1892-1992*. Cuiabá, MT: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.
- ROSSETTO, Onélia Carmem. Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-grossense: Interfaces entre Economia, Cultura e Globalização. *Revista NERA*(UNESP), v. 15, p. 15/02-35, 2009. Disponível em <www.fct.unesp.br/nera>.
- ROSSETTO, Onélia Carmem. *Agricultura Familiar Mato-Grossense e sua Inserção na Cadeia do Biodiesel: Limites e Possibilidades*. 2010 (no prelo)
- ROSSETTO, Onélia Carmem. Peões e Fazendeiros do Pantanal Mato-grossense: Identidades em (re) Construção. In: Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa. (Org.). *Estudos Regionais Sul-Americanos: Contrastes Socioterritoriais e Perspectivas de Desenvolvimento Regional*. Cuiabá: EdUFMT, 2008, v. , p. 228-246.
- ROSSETTO, Onélia Carmem. *Vivendo e mudando junto com o Pantanal...: um estudo das relações entre as transformações culturais e a sustentabilidade ambiental das paisagens pantaneiras*. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2004.
- SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SILVA, Jocenaide Maria Rossetto. *Manifestações Artísticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Educação, Identificação e Cultura - Rondonópolis, MT*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, 2000.
- SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003
- VILA DA SILVA, J. S.; ABDON, M. M. Delimitação do pantanal brasileiro e suas sub-regiões. *Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira*. Brasília, v. 33, n. especial, p.1703-11, out. 1998.